



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Modos de feitura da cidade: dimensões sensíveis da vida urbana contemporânea

v 15 | n 28 | jan-jun 2026

**Visível demais, vivido de menos:
corpografias, espetáculo e
contra-usos no Centro Leste de
Florianópolis**

Rodrigo Gonçalves dos Santos



Edição eletrônica

URL: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui>

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. Visível demais, vivido de menos: corpografias, espetáculo e contra-usos no Centro Leste de Florianópolis. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 15, n. 28, jan-jun 2026, e9009. Semestral.

© NAUI

Visível demais, vivido de menos: corpografias, espetáculo e contra-usos no Centro Leste de Florianópolis

Rodrigo Gonçalves dos Santos¹

Resumo

Este ensaio analisa transformações recentes no Centro Leste de Florianópolis a partir de uma abordagem fenomenológica e crítica, articulando corpo, cidade e política do sensível. A noção de corpografia é acionada para compreender o corpo como operador ativo da experiência urbana, da inscrição espacial e das disputas que atravessam o cotidiano da cidade. O texto interpreta processos contemporâneos de “revitalização” urbana como dispositivos de espetacularização que reorganizam regimes de visibilidade, uso e permanência, produzindo seleções do que pode aparecer e do que tende a ser apagado no espaço urbano. A partir dessa perspectiva, o espaço público é compreendido não como dado formal, mas como campo de conflito, negociação e reconhecimento das diferenças, no qual práticas ordinárias e contra-usos reativam a experiência urbana. O ensaio propõe, assim, a corpografia como categoria analítica e ética capaz de sustentar atenção às sobrevivências sensíveis que persistem diante dos processos de espetacularização da cidade contemporânea.

Palavras-chave: corpografia, corpo, espetacularização, cidade, espaço público, experiência urbana.

Resumen

Este ensayo analiza las transformaciones recientes en el Centro Leste de Florianópolis desde un enfoque fenomenológico y crítico, articulando cuerpo, ciudad y política de lo sensible. La noción de corpografia se activa para comprender el cuerpo como operador activo de la experiencia urbana, de la inscripción espacial y de las disputas que atraviesan la vida cotidiana de la ciudad. El texto interpreta los procesos contemporáneos de “revitalización” urbana como

¹ Rodrigo Gonçalves dos Santos é Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atua no ensino, pesquisa e extensão articulando arquitetura, corpo, arte e cidade. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ/UFSC), na linha Urbanismo, Cultura e História da Cidade, e coordena o Grupo Quiasma: Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Arquitetura, Corpo e Cidade. Graduado em Arquitetura e Urbanismo (1999) e doutor em Educação pela UFSC (2011). Sua produção investiga a experiência urbana como campo de memória, presença e transformação, articulando pesquisa acadêmica, prática artística e reflexão crítica sobre o espaço contemporâneo.

dispositivos de espetacularização que reorganizam regimes de visibilidade, uso y permanencia, produciendo selecciones de aquello que puede aparecer y de lo que tiende a ser borrado en el espacio urbano. Desde esta perspectiva, el espacio público se comprende no como un dato formal, sino como un campo de conflicto, negociación y reconocimiento de las diferencias, en el cual las prácticas ordinarias y los contra-usos reactivan la experiencia urbana. El ensayo propone, así, la corpografía como una categoría analítica y ética capaz de sostener la atención sobre las supervivencias sensibles que persisten frente a los procesos de espectacularización de la ciudad contemporánea.

Palabras clave: corpografía, cuerpo, espectacularización, ciudad, espacio público, experiencia urbana.

Abstract

This essay analyzes recent transformations in the Centro Leste of Florianópolis through a phenomenological and critical approach, articulating body, city, and the politics of the sensible. The notion of corpography is mobilized to understand the body as an active operator of urban experience, spatial inscription, and the disputes that permeate everyday life in the city. The text interprets contemporary processes of urban “revitalization” as dispositifs of spectacularization that reorganize regimes of visibility, use, and permanence, producing selections of what may appear and what tends to be erased in urban space. From this perspective, public space is understood not as a formal given, but as a field of conflict, negotiation, and recognition of differences, in which ordinary practices and counter-uses reactivate urban experience. The essay thus proposes corpography as an analytical and ethical category capable of sustaining attention to the sensible survivals that persist in the face of the processes of spectacularization in the contemporary city.

Keywords: corpography, body, spectacularization, city, public space, urban experience.

Corpos em regime de visibilidade: espetáculo, percepção e inscrição

Dizer que a cidade se torna visível demais não significa afirmar um desaparecimento absoluto da experiência urbana. Ao contrário, o vivido persiste, mas comprimido em zonas de menor legitimidade sensível. O excesso de visibilidade produzido pela cidade espetáculo não elimina as práticas dissidentes, ele reorganiza as condições sob as quais elas podem aparecer. O Centro Leste de Florianópolis tem sido apresentado, nos últimos anos, como território em processo de “revitalização”, termo que carrega consigo uma promessa ambígua: devolver vida a um espaço que, paradoxalmente, nunca deixou de ser vivido. O que se observa, entretanto, é menos um retorno da vitalidade urbana do que uma reorganização dos regimes de visibilidade

e permanência. Intervenções arquitetônicas, novos bares, eventos culturais e narrativas midiáticas produzem uma cidade cuidadosamente editada, na qual certas presenças passam a ser desejáveis enquanto outras se tornam progressivamente incômodas. Não se trata apenas de uma transformação material do espaço, mas de uma operação sensível que incide diretamente sobre os corpos e seus modos de estar.

O Centro Leste de Florianópolis é a porção oriental do centro histórico onde a cidade revela, de modo mais exposto, a justaposição de tempos: um território formado na expansão para além do núcleo colonial, entre fins do século XIX e o século XX, quando comércio, serviços e moradias populares compunham uma trama densa de vida cotidiana. Nas últimas décadas, tornou-se alvo de programas de “revitalização” – como Viva a Cidade e Centro Sapiens – que reposicionam essa área como vitrine urbano-turística, ativando lógicas de valorização imobiliária, economia criativa e adensamento seletivo. Nesse processo, vozes, ritmos e práticas que sustentavam o espaço são frequentemente deslocados ou silenciados, dando lugar a uma paisagem “limpa” que tenta apagar fissuras e fraturas do vivido. Ainda assim, o Centro Leste permanece como território híbrido e disputado, onde formas de vida e memórias insistem: sobrevivências que cintilam entre fachadas restauradas, becos estreitos e gestos cotidianos, reabrindo o espaço público como campo de presença e fricção. Constitui uma porção particularmente tensionada do centro histórico da cidade. Sua formação não corresponde apenas à expansão urbana para além do núcleo colonial, mas à sobreposição de sucessivos regimes de circulação, comércio e permanência que transformaram profundamente a experiência cotidiana do território ao longo do século XX. A abertura de aterros, a presença do antigo terminal urbano e a progressiva reconfiguração das áreas centrais produziram mudanças decisivas nos fluxos de pedestres, nas dinâmicas comerciais e nas formas de permanência urbana.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 2000, iniciativas vinculadas à economia criativa, ao turismo cultural e à revitalização patrimonial passaram a reinscrever o Centro Leste como vitrine urbana estratégica. Novos bares, eventos, galerias e circuitos culturais transformaram determinadas ruas em zonas privilegiadas de visibilidade e consumo. Entretanto, essa reorganização não operou apenas no plano físico ou econômico. Ela incidu diretamente sobre os corpos, reorganizando ritmos de circulação, formas de permanência e critérios tácitos de pertencimento urbano.

A reportagem *Ilhas invisíveis*, publicada pelo Portal Catarinas em 2019, torna-se particularmente significativa nesse contexto, ao reunir discussões sobre patrimonialização,

economia criativa e invisibilização social no centro de Florianópolis. Mais do que simples documento jornalístico, o texto explicita disputas sensíveis em torno da produção contemporânea da imagem urbana, evidenciando como determinados corpos e práticas passam a ocupar posições marginais diante da consolidação de uma cidade orientada pela visibilidade seletiva. A análise proposta em *Ilhas invisíveis* explicita esse processo ao descrever o centro como um arquipélago de visibilidades seletivas, no qual práticas populares, manifestações culturais de rua, corpos dissidentes e pessoas em situação de vulnerabilidade são empurrados para zonas de sombra, enquanto uma estética do consumo cultural ocupa o primeiro plano (Catarinas, 2019). A cidade aparece, assim, menos como espaço de encontro e mais como superfície de exibição, onde o direito de aparecer passa a depender da adequação a determinados códigos de comportamento, circulação e consumo.

Essa lógica não opera apenas no plano das imagens urbanas; ela se inscreve nos próprios corpos. A cidade espetacularizada produz uma pedagogia silenciosa do gesto, ensinando quais ritmos são aceitáveis, quais permanências são toleráveis e quais deslocamentos devem ser evitados. Guy Debord, ao definir o espetáculo como um regime de separação, já apontava para esse mecanismo ao afirmar que a vida social, sob o domínio das imagens, se afasta de si mesma e se reorganiza como representação (Debord, 1997). O espetáculo não é apenas aquilo que se vê, mas a forma como o ver se torna uma instância de controle, deslocando a experiência vivida para uma relação mediada e distanciada.

Essa separação não se dá fora do corpo, mas através dele. A fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty permite compreender esse processo em sua espessura mais profunda. Ao afirmar que o corpo é o “veículo do ser-no-mundo”, Merleau-Ponty (1994, p. 94) desloca a percepção de uma operação mental para uma experiência encarnada, situada e histórica. O corpo não observa a cidade como um objeto externo; ele a habita, a atravessa e a constitui perceptivamente. Caminhar, deter-se, acelerar o passo ou evitar determinadas áreas são gestos que já produzem sentido antes de qualquer elaboração reflexiva.

Nesse registro, a corpografia não aparece como método deliberado, mas como condição ontológica da experiência. O corpo escreve o espaço ao mesmo tempo em que é escrito por ele, produzindo uma grafia sensível que não se fixa em signos estáveis, mas se refaz a cada encontro. Essa escrita é marcada por afetos, memórias e expectativas que se sedimentam no gesto cotidiano. Como o próprio Merleau-Ponty (1994, p. 101) sugere, toda percepção é atravessada por um “horizonte de passado” que se atualiza no presente. A cidade, nesse sentido, não é apenas vista; ela é lembrada, antecipada, temida ou desejada pelo corpo.

Essa compreensão encontra ressonância direta em *Perceber o (in)visível*, quando a cidade é pensada como campo espesso de sobrevivências sensíveis, onde aquilo que não se deixa capturar plenamente pelo visível insiste em aparecer como vestígio, marca ou tensão (Santos, 2018). O invisível, longe de ser ausência, configura-se como aquilo que escapa aos regimes dominantes de visibilidade, mas que continua a operar no plano da experiência corporal. A corpografia, aqui, torna-se uma chave para compreender como essas sobrevivências se inscrevem no corpo e retornam como presença incômoda no espaço urbano.

Ao deslocar essa discussão para o campo do urbanismo crítico, Paola Berenstein Jacques tensiona a base fenomenológica ao situar o corpo em contextos urbanos atravessados por desigualdades, processos de espetacularização e políticas de controle. Em *Corpografias urbanas*, a autora define a corpografia como uma cartografia realizada pelo e no corpo, na qual a experiência urbana deixa marcas que configuram modos de andar, ocupar e perceber a cidade (Jacques, 2007). Diferentemente de uma cartografia técnica, essa escrita corporal revela aquilo que o projeto urbano tende a excluir: práticas ordinárias, usos desviantes e presenças não previstas.

A distinção entre cenografia e corpografia, desenvolvida em diálogo com Fabiana Dutra Britto, aprofunda essa crítica ao evidenciar como a cidade contemporânea se transforma em cenário, esvaziando a experiência corporal em favor de uma imagem consumível (Jacques; Britto, 2008). A cenografia urbana produz espaços desencarnados, nos quais o corpo é reduzido à condição de espectador. A corpografia, por sua vez, emerge como contraponto a esse processo, reinscrevendo a cidade como experiência vivida e tensionando a lógica do espetáculo.

Essa tensão não se resolve em oposição frontal. Em *Zonas de tensão*, Jacques propõe pensar a relação entre resistência e espetáculo como uma coimplicação, na qual práticas corporais infiltram-se nos interstícios do próprio sistema que as tenta neutralizar (Jacques, 2009). A corpografia urbana torna-se, assim, uma prática situada de leitura e intervenção, capaz de revelar fissuras nos dispositivos de controle sensível. Caminhar sem destino, permanecer sem consumir ou ocupar sem autorização configuram gestos mínimos que reativam a dimensão política da experiência urbana.

Essa dimensão política se torna ainda mais evidente quando articulada à noção de contra-uso desenvolvida por Rogério Proença Leite. Ao analisar processos de revitalização urbana marcados pela assepsia social, Leite (2002) demonstra que o espaço só se torna efetivamente público quando os usos produzem conflito, visibilidade e disputa por reconhecimento. O contra-uso não se define pela ilegalidade, mas pela capacidade de tensionar

as fronteiras simbólicas que organizam quem pode aparecer e permanecer. Nesse sentido, a corpografia urbana se aproxima de uma prática de resistência molecular, na qual o corpo atua como operador político do espaço.

No Centro Leste, essas operações tornam-se visíveis na disputa entre a cidade-vitrine e a cidade vivida. A produção de ilhas de visibilidade não elimina a experiência urbana dissidente; ela a desloca, comprimindo-a em zonas de tensão onde o corpo aprende a negociar sua própria presença. A corpografia, entendida como escrita sensível e política, permite reconhecer esses processos não como desvios marginais, mas como formas legítimas de produção da cidade. O corpo, ao insistir em aparecer, reinscreve o espaço e reabre a pergunta fundamental: quem tem direito à cidade e sob quais condições sensíveis esse direito pode ser exercido.

Cenografias, contra-usos e a disputa pelo direito de aparecer

A cidade que se apresenta como renovada raramente explicita o preço sensível dessa renovação. Sob a retórica da revitalização, opera-se um rearranjo profundo das condições de uso, permanência e visibilidade, no qual o espaço urbano é progressivamente convertido em cenário. Essa conversão não implica apenas um redesenho formal ou programático, mas uma reorganização das relações entre corpo, memória e cotidiano. A cidade-cenografia não se limita a mostrar; ela seleciona, filtra e hierarquiza presenças, produz um espaço que parece aberto enquanto restringe mais ou menos silenciosamente quem pode habitá-lo.

Paola Berenstein Jacques, ao analisar os processos contemporâneos de espetacularização urbana, identifica esse movimento como uma transformação do espaço vivido em imagem de marca. Em *Cenografias e corpografias urbanas*, a autora aponta que a cidade passa a funcionar como logotipo, como superfície de exibição cultural, esvazia a experiência corporal ordinária em favor de uma visualidade rápida e consumível (Jacques; Britto, 2008). O espaço urbano, nesse regime, torna-se cada vez menos lugar de encontro e cada vez mais palco de circulação controlada, no qual o corpo é convocado a desempenhar papéis previsíveis.

Essa cenografização não elimina o corpo, mas o redefine. O corpo esperado é aquele que consome, circula, fotografa e se retira; um corpo compatível com o ritmo do evento e com a estética do lugar. Permanecer sem consumir, ocupar sem autorização ou simplesmente estar

sem finalidade clara passa a ser percebido como desvio. A cidade, assim, não se fecha por muros explícitos, mas por códigos implícitos que regulam a aparição. Como observa Guy Debord, o espetáculo organiza a vida social como uma acumulação de representações que substituem a experiência direta e instauram uma separação generalizada (Debord, 1997). Essa separação, no espaço urbano, manifesta-se como distância entre o corpo vivido e a cidade exibida.

O Centro Leste de Florianópolis exemplifica esse processo de maneira particularmente sensível. A análise proposta na reportagem *Ilhas invisíveis* (Catarinas, 2019) descreve a emergência de zonas urbanas onde bares, eventos e iniciativas culturais reconfiguram o território segundo uma lógica de valorização estética e econômica, ao mesmo tempo em que práticas populares, manifestações espontâneas e corpos dissidentes são progressivamente empurrados para fora do campo de visibilidade legítima. O centro não se torna vazio; ele se torna seletivo. Produz-se, assim, um arquipélago urbano no qual certas ilhas concentram luz, circulação e reconhecimento, enquanto outras permanecem opacas, toleradas apenas enquanto não perturbam a imagem dominante.

Opacidade, contudo, não equivale à ausência. Ela constitui aquilo que Paola Jacques denomina “outra cidade”: um conjunto de práticas, ritmos e presenças que sobrevivem nos interstícios da cidade cenográfica. Em *Zonas de tensão*, a autora propõe compreender a relação entre espetáculo e resistência não como oposição externa, mas coexistência conflitiva, na qual micropráticas corporais produzem fissuras no regime dominante do visível (Jacques, 2009). A resistência não se dá fora do espetáculo, mas em suas brechas, por meio de gestos ordinários que reativam a experiência urbana.

É nesse ponto que a noção de contra-uso, desenvolvida por Rogério Proença Leite, torna-se fundamental para aprofundar a leitura corpográfica da cidade. Ao analisar processos de revitalização no Recife Antigo, Leite (2002) demonstra que intervenções urbanas “socialmente assépticas” podem reduzir o caráter público do espaço, mesmo quando ampliam sua atratividade visual. O espaço urbano só se constitui como espaço público, segundo o autor, quando os usos produzem conflito, visibilidade e disputa simbólica. O contra-uso não se define pela transgressão espetacular, mas pela capacidade de reativar o espaço como lugar de diferenças confrontáveis.

A definição desloca a compreensão do público. Não se trata de acessibilidade formal ou de abertura física, mas da possibilidade de coexistência conflitiva entre corpos, práticas e memórias. O espaço público não é aquele em que todos se sentem confortáveis, mas aquele em que as diferenças podem aparecer sem serem imediatamente neutralizadas. Nesse sentido, os

contra-usos não são exceções toleradas, mas práticas que devolvem densidade política ao espaço urbano.

A corpografia urbana, tal como formulada por Jacques, encontra aqui sua dimensão mais incisiva. Em *Corpografias urbanas*, a autora descreve a corpografia como memória da cidade inscrita no corpo, resultado da experiência cotidiana que molda gestos, posturas e modos de deslocamento (Jacques, 2007). Essa inscrição corporal revela aquilo que o projeto urbano não consegue capturar: os desvios, as apropriações e os usos não previstos. Quando essas corpografias entram em conflito com a cenografia dominante, produzem zonas de tensão, a cidade deixa de ser imagem, volta a ser experiência.

Essa tensão se intensifica quando a disputa envolve memória histórica e processos de musealização. A reportagem sobre a transformação do antigo prédio da Escola Antonieta de Barros em museu e centro cultural explicita essa ambiguidade quando apresenta o edifício como lugar-arquivo da presença negra na formação urbana de Florianópolis (Catarinas, 2022). O gesto institucional de restauro e musealização aparece como tentativa de reinscrição simbólica em um território marcado pela gentrificação e afirma a memória de Antonieta de Barros como permanência histórica e política.

No entanto, a musealização também carrega o risco da captura cenográfica. Transformar memória em equipamento cultural pode significar tanto a ativação de um espaço de resistência quanto sua integração ao circuito do consumo cultural. A questão central não reside na forma museu em si, mas nos usos que ela permitirá. Como adverte Jacques (2009), a cultura, quando mobilizada como imagem, tende a reforçar a lógica do espetáculo; quando praticada como experiência, pode reabrir o espaço urbano ao dissenso.

É nesse ponto que a articulação com o pensamento de Agamben, mobilizado por Jacques (2009), se torna relevante. A impossibilidade contemporânea de uso – substituído pelo consumo – esvazia a potência política do espaço. Recolocar o uso como prática implica devolver ao corpo a capacidade de habitar, não apenas frequentar. O uso, nesse sentido, não é funcionalidade, mas relação: relação com o tempo, com a memória e com o outro. O contra-uso emerge, então, como gesto que interrompe a naturalização da cenografia urbana.

Essa discussão encontra ressonância direta em *Perceber o (in)visível*, quando a cidade é pensada como campo de sobrevivências sensíveis que resistem aos processos de apagamento (Santos, 2018). A memória não se mantém apenas em edifícios restaurados ou narrativas oficiais, mas nos corpos que insistem em ocupar, atravessar e reativar determinados lugares. A

corpografia, aqui, não se limita à leitura do espaço, mas se afirma como prática de reinscrição do passado no presente.

No Centro Leste, a memória de Antonieta de Barros não se restringe ao edifício que leva seu nome. Ela reaparece em práticas culturais, manifestações de rua e no próprio Samba da Antonieta, que reinscreve o corpo negro no espaço urbano por meio do ritmo, da dança e da ocupação coletiva. Essas práticas operam como contra-usos no sentido forte do termo: não apenas utilizam o espaço, mas o reconfiguram simbolicamente e produzem outras narrativas de pertencimento.

O Samba da Antonieta é uma manifestação cultural contemporânea que reinscreve no espaço urbano de Florianópolis a memória e a potência política de Antonieta de Barros – mulher negra, educadora, jornalista e primeira deputada estadual do Brasil. Surgido como gesto coletivo de celebração e reivindicação, articulado e conduzido por Jandira Souza – mulher negra, sambista, cantora e partideira radicada em Florianópolis desde o final da década de 1970, figura fundamental para a consolidação do samba na cidade – o Samba convoca a cidade a lembrar aquilo que tantas vezes se tentou apagar: presenças negras que sustentaram, por vias subterrâneas, a vida social, afetiva e trabalhista do centro. Ao ocupar ruas e praças com corpos, vozes e ritmos, o Samba produz uma reaparição sensível que fende a normalidade higienizada da cidade branca e turística, instaura um comum que é disputa e memória. Não se trata apenas de festa, mas de fricção: uma coreografia pública onde sobrevivências – histórias, cantos, passos, existências – insistem em se fazer ouvir. Assim, o Samba da Antonieta, em sua caminhada guiada por Jandira e pela comunidade que a acompanha, atua como contraescrita urbana, gesto de reparação e exercício político do direito à cidade, reabre fissuras por onde passam outras temporalidades, outros mundos possíveis.

A disputa pelo centro, portanto, não se dá apenas entre projetos urbanos, mas entre regimes de sensibilidade. De um lado, a cidade cenográfica, orientada pela visibilidade seletiva e pelo consumo; de outro, a cidade corpográfica, sustentada por usos ordinários, memórias insurgentes e presenças que não se deixam converter em imagem. Essa disputa não se resolve em sínteses harmoniosas. Ela se mantém como tensão permanente, na qual o espaço urbano é continuamente renegociado.

A corpografia urbana, nesse contexto, funciona como ferramenta analítica e ética. Analítica, porque permite ler os efeitos sensíveis das políticas urbanas sobre os corpos; ética, porque recoloca a questão do direito de aparecer como direito fundamental à cidade. Não se

trata de reivindicar inclusão nos termos do espetáculo, mas de afirmar a legitimidade de usos que escapam à lógica da mercadoria.

O Centro Leste, assim, emerge como laboratório sensível dessas tensões. Suas ilhas de visibilidade e opacidade não são dados naturais, mas efeitos de escolhas políticas e culturais. Reconhecer os contra-usos que ali se produzem implica deslocar o olhar do projeto para a experiência, da imagem para o corpo, da cenografia para a corpografia. Nesse deslocamento, a cidade deixa de ser apenas objeto de intervenção e volta a ser campo de disputa viva, onde memória, presença e conflito continuam a se escrever no chão.

Sobrevivências, reaparições e a ética corpográfica do comum

A cidade espetacularizada opera por apagamentos graduais. Ela não elimina frontalmente as presenças que a desestabilizam; prefere torná-las improdutivas, deslocá-las para fora do campo do visível legítimo, empurrá-las para zonas onde sua existência já não interfere na narrativa dominante. Esse apagamento, no entanto, jamais é completo. Algo sempre permanece. Algo insiste. O que sobrevive não o faz como monumento, mas como resto ativo, como vestígio encarnado que retorna sob formas inesperadas. É nesse retorno que a cidade revela suas fraturas.

A noção de sobrevivência, tal como vem sendo mobilizada nos debates contemporâneos sobre memória e política do sensível, permite compreender esse retorno não como nostalgia, mas como insistência. Sobreviver não significa apenas continuar existindo, mas persistir em condições adversas, deslocadas, hostis. No espaço urbano, as sobrevivências se manifestam nos corpos que permanecem onde não deveriam mais estar, nos gestos que reaparecem apesar das tentativas de normatização, nas práticas culturais que resistem à captura pelo espetáculo. A cidade torna-se, assim, um campo de reaparições.

Essa reaparição não se dá apenas no plano simbólico. Ela se inscreve corporalmente. Merleau-Ponty (1994) oferece, mais uma vez, um fundamento decisivo para pensar esse processo ao afirmar que a experiência não se organiza apenas por aquilo que se torna plenamente visível, mas também por aquilo que permanece em latência, como horizonte implícito da percepção. O corpo carrega consigo memórias sedimentadas que retornam no gesto, no ritmo, na postura. A cidade vivida deixa marcas que não se apagam com a simples mudança de usos ou de fachadas.

Em *Perceber o (in)visível*, essa dimensão latente da experiência urbana é abordada como campo de sobrevivências sensíveis que escapam à lógica do visível imediato (Santos, 2018). O invisível não se opõe ao visível como ausência, mas como excesso: aquilo que não cabe na imagem dominante e, por isso, retorna como incômodo, ruído ou fissura. A corpografia, nesse contexto, torna-se o lugar onde essas sobrevivências se inscrevem e reaparecem não como representação, mas como experiência encarnada.

Paola Berenstein Jacques aproxima-se dessa discussão ao afirmar que a cidade contemporânea, ao se transformar em cenário, produz uma perda da experiência corporal ordinária, mas não consegue eliminá-la por completo. Em *Zonas de tensão*, a autora identifica essas sobrevivências como práticas corporais que insistem em produzir cidade fora dos roteiros oficiais, instaurando dissensos sensíveis no cotidiano urbano (Jacques, 2009). Essas práticas não reivindicam centralidade simbólica; elas operam por infiltração, por permanência discreta, por uso reiterado.

O Samba da Antonieta emerge nesse cenário como uma dessas formas de reaparição. Ao ocupar o Centro Leste com corpos, vozes e ritmos, o samba reinscreve a presença negra no espaço urbano não como memória musealizada, mas como experiência viva. Trata-se de uma corpografia coletiva que opera no plano do sensível e reorganiza temporariamente os regimes de visibilidade e circulação. O corpo que dança, que canta e que ocupa a rua interrompe a lógica da cidade-cenografia ao introduzir um tempo outro, um ritmo que não se submete à temporalidade acelerada do consumo.

Essa interrupção não é meramente estética. Ela é política no sentido forte do termo. Jacques & Britto (2008) afirmam que práticas corporais que reativam a experiência urbana produzem dissensos ao desafiar a homogeneização sensível imposta pelo espetáculo. O samba, nesse contexto, não aparece como evento cultural a ser consumido, mas como uso que reabre o espaço público à convivência conflitiva. Ele não pede autorização para existir; ele se afirma pela presença reiterada.

A corpografia produzida pelo Samba da Antonieta não se fixa em um mapa. Ela se escreve no corpo dos participantes e dos passantes, altera temporariamente a percepção do lugar. Ruas habituadas ao fluxo funcional tornam-se espaços de permanência; calçadas tornam-se territórios de encontro; o centro deixa de ser apenas passagem e volta a ser experiência. Essa transformação não apaga as tensões do território, mas as torna visíveis, reinscrevem no espaço urbano memórias que a lógica da revitalização tende a neutralizar.

Rogério Proença Leite oferece uma chave importante para compreender essa operação ao definir o espaço público como aquele que se constitui na interface entre usos, conflitos e reconhecimento das diferenças. O samba atua precisamente nesse ponto de interseção. Ele não cria um espaço paralelo, mas reconfigura o espaço existente, produz um contra-uso que torna públicas presenças historicamente marginalizadas. O corpo em movimento deixa de ser ruído e passa a ser enunciação política.

Essa enunciação não se dá por meio de discursos explícitos, mas pela própria ocupação sensível do espaço. Merleau-Ponty (1994) lembra que o sentido não é apenas aquilo que se diz, mas aquilo que se faz aparecer no mundo. O samba faz aparecer corpos negros no centro da cidade não como exceção folclórica, mas como continuidade histórica. Ele reativa uma memória que não se limita ao passado, mas se projeta no presente como reivindicação de permanência.

Essa permanência entra em choque com os dispositivos de espetacularização que tentam transformar a cultura em produto. O risco da captura está sempre presente. Jacques (2009) alerta que a cultura, quando convertida em imagem, reforça a lógica do consumo e esvazia sua potência crítica. A diferença entre evento e prática reside justamente na relação com o uso. Enquanto o evento se esgota no consumo pontual, a prática se sustenta pela repetição e pela apropriação contínua.

Nesse sentido, o Samba da Antonieta pode ser compreendido como prática corpográfica de sobrevivência. Ele não se limita a ocupar o espaço; ele o reinscreve continuamente, produz uma memória corporal compartilhada. Essa memória não se arquiva em documentos, mas nos corpos que reaprendem a cidade através do ritmo, do encontro e da presença coletiva. A cidade deixa de ser apenas cenário e volta a ser campo de experiência.

A ética corpográfica que emerge desse processo não se funda em princípios abstratos, mas na atenção ao sensível. Trata-se de reconhecer que o direito à cidade não se exerce apenas por meio de políticas formais, mas através da possibilidade de aparecer, permanecer e usar o espaço de maneira não normatizada. A corpografia, aqui, funciona como prática ética porque se recusa a reduzir o corpo a consumidor ou espectador. Ela afirma o corpo como agente de produção de sentido urbano.

Essa ética encontra ressonância direta no percurso desenvolvido em *Perceber o (in)visível*, quando a cidade é pensada como pele tensionada, marcada por cicatrizes, apagamentos e reaparições (Santos, 2018). A sobrevivência não é romantizada; ela é compreendida como processo precário, instável, sempre ameaçado. Ainda assim, é nesse estado

de precariedade que reside sua potência política. O que sobrevive não o faz apesar da cidade, mas dentro dela, tensionando seus limites.

Ao articular corpografias fenomenológicas, corpografias urbanas e contra-usos, este ensaio procurou apontar para uma compreensão ampliada da cidade como campo ético-político do sensível. O corpo, ao perceber e ao ocupar, produz cidade. Ao mesmo tempo, é produzido por ela. Essa relação não se estabiliza; ela se renegocia constantemente. As sobrevivências que reaparecem no Centro Leste – seja no samba, nas permanências ordinárias ou nos gestos mínimos de resistência – revelam que a cidade não é um projeto acabado, mas um processo em disputa.

Sustentar essa disputa exige atenção. Atenção ao que reaparece apesar do apagamento, ao que insiste apesar da cenografia, ao que permanece apesar da exclusão. A corpografia, entendida como escrita sensível e prática ética, oferece uma forma de sustentar essa atenção sem reduzir a cidade a objeto de análise distante. Ela convoca o corpo a permanecer implicado, comprometido com a experiência vivida.

No limite, corpografar é aceitar que a cidade nunca se deixa fechar completamente. Sempre haverá restos, desvios e reaparições que desafiam a imagem dominante. É nesses pontos de fricção que o comum se reinventa, não como consenso, mas como convivência conflitiva. O Centro Leste, com suas ilhas visíveis e invisíveis, torna-se, assim, um território exemplar dessa condição: um lugar onde a cidade tenta se mostrar como imagem, mas onde o corpo insiste em reaparecer como presença.

Recebido em 27/1/2026

Aceito em 25/5/2026

Referências

CATARINAS. **Ilhas invisíveis**. Florianópolis, 31 mai 2019. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/ilhas-invisiveis/>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CATARINAS. **Prédio da Escola Antonieta de Barros irá sediar museu em homenagem à deputada**. Florianópolis, 19 dez. 2022. Disponível em: <https://catarinas.info/predio-da-escola-antonieta-de-barros-ira-sediar-museu-em-homenagem-a-deputada/>. Acesso em: 19 dez. 2025.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência**. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Cadernos PPG-AU/FAUFBA – Número Especial: Resistências em Espaços Opacos*. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2007, p. 93-100.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. **Cenografias e corpografias urbanas**. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2008, p. 79-91.

JACQUES, Paola Berenstein. **Zonas de tensão: a profanação dos espaços públicos, a experiência corporal das cidades e a arte como construtora de dissensos**. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *CorpoCidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 27-38.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 49-62, jun. 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. **Perceber o (in)visível: dimensões sensíveis de um corpo na arquitetura**. Curitiba: Appris, 2018.



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional